

O jardim-de-infância como palco privilegiado para a prática da Expressão Musical.

Do simples cantar de canções à mudança de práticas conducentes a uma efectivação e dignificação da actividade.

Sérgio Bruno Moreira do Amaral¹, samaral@gaia.ipiaget.org

Resumo

A presente comunicação brota do nosso trabalho doutoral, agora em fase de conclusão. A nossa experiência profissional e académica mostra-nos que, ainda nos dias que correm, a expressão musical é vista nos jardins-de-infância de uma forma muito isolada do restante contexto pré-escolar. Não raras vezes, os professores de expressão musical leccionam um programa que não está relacionado com o projecto das educadoras e restante equipa pedagógica. Neste sentido, tentamos mostrar o quão vantajoso seria se toda a prática do professor de expressão musical fosse organizada de acordo com o projecto da equipa pedagógica da instituição onde lecciona. Se, por um lado, este professor ficaria obrigado a procurar elos de ligação entre os seus programas e o dos educadores, o contrário também seria exigível proporcionando um clima de conhecimentos comuns.

Assim, a expressão musical nos jardins-de-infância das IPSS do distrito de Aveiro e o trabalho realizado pelo professor especialista e a sua inclusão no projecto educativo da Instituição assumem a forma de tema da nossa investigação porque o conjunto de vivências académicas que possuímos aliados a uma prática pedagógica que nos coloca privilegiadamente no contexto dos jardins-de-infância e no da formação de educadores nos responsabilizam no sentido de encontrar soluções no sentido de melhorar as práticas existentes.

Palavras chave: Infância, música, expressão musical, professor, educador, inclusão, projecto educativo.

Introdução

Na comunicação que aqui se apresenta, o jardim-de-infância será o nosso espaço de acção. Será também o nosso espaço de reflexão. Ora, para podermos agir e reflectir deveremos dominar as terminologias, os conceitos; conhecer as dinâmicas e as particularidades do espaço. Espaço esse, que, dada a matéria-prima que nele

¹ Coordenador da licenciatura em Educação Musical do Instituto Piaget de Vila Nova de Gaia e coordenador executivo do mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico.

habita, nos responsabiliza mais do que qualquer outro e, em nossa opinião deve ser minuciosamente acariciado pois é um espaço onde “habitam” crianças e onde, se por um lado temos aspectos marcadamente ligados ao pragmatismo da palavra educação, não podemos esquecer, por outro, que também se trata de um lugar de afectos. Por outro lado, tendo em conta a análise aos planos de estudo dos cursos de educação musical ministrados nas escolas superiores de educação do nosso país ao longo dos últimos anos e mesmo aos actuais, podemos dizer que, o nosso país não forma professores de expressão musical para leccionar no ensino pré-escolar. Para além de toda a ênfase curricular assentar no pressuposto de que os professores que se formam, irão leccionar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, a própria prática pedagógica constante dessas formações superiores incide sobre os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

A expressão musical no jardim-de-infância fica assim a cargo dos “curiosos”, ou “professores desempregados”, ou ainda de “músicos com boa vontade” que vão agilizando como podem e conseguem a implementação desta área. Parte-se do princípio de que a expressão musical no jardim-de-infância e no 1º ciclo pode ser ministrada pelos educadores e professores generalistas.

1. O jardim-de-infância

Uma das várias definições de jardim-de-infância diz-nos que este é um estabelecimento que se destina a crianças de idade inferior a seis anos em que a finalidade passa pela educação e o desenvolvimento da capacidade infantil através de jogos e exercícios apropriados (Houaiss e Villar, 2002). No entanto cremos que o papel que este assume se reveste de uma importância notável que nos leva a considerar prioritária a sua descrição e a clarificação do próprio conceito. Assim, o jardim-de-infância assume um papel muito marcante na educação das crianças. Este insere-se no conceito que designamos por educação pré-escolar. A educação pré-escolar pode contribuir de forma relevante para um ambiente do qual façam parte a paridade, relativamente às oportunidades, e a motivação, no que concerne às predisposições por esta criada. Neste sentido,

Para além da iniciação à socialização que os centros e programas de educação pré-escolar facultam, verifica-se que as crianças que beneficiam deste tipo de educação têm uma disposição mais favorável à escola e correm menos riscos de abandonar prematuramente do que as que não tiveram essa oportunidade. Uma escolarização iniciada cedo pode contribuir para a igualdade de oportunidades, ajudando a superar as dificuldades iniciais de pobreza, ou dum meio social ou cultural desfavorecido (Delors, 2005: 110).

Vayer, et al. (2003) aborda esta instituição como a primeira estrutura social depois da família. Nela é que a criança se integra no jogo social. Assim, reforça-se a importante função na educação das crianças supra referida neste ponto do nosso

trabalho, pois o grupo de crianças apresenta características e propriedades como segurança, motivações e projectos comuns e de regulação da acção (reconhecimento dos seus limites, do seu poder e da sua autonomia).

Já o Ministério da Educação (1997), define o jardim-de-infância como um estabelecimento que concede tarefas vocacionadas para o desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças colocando à disposição destas actividades educativas e de apoio à família.

Verificamos, ainda, que o jardim-de-infância é também considerado como uma das etapas que antecedem e preparam a ida para a escola do 1º ciclo do ensino básico. Consideramos, no entanto, redutor que se olhe somente para este nesta óptica pois “reconhecemos-lhe uma função própria no desenvolvimento da criança, isto é, ele deve formar a personalidade das crianças em todos os seus aspectos” (Brás, 1994: 55). Nesta ordem de ideias, concordamos com a autora quando nos diz que o jardim-de-infância não se caracteriza por facultar uma preparação directa para as aprendizagens específicas mas por possibilitar um conjunto de competências que no futuro lhes permitirão melhores abordagens. Espera-se então que a criança, no final da passagem por esta instituição, tenha uma maior maturidade e performance para a etapa que se segue e que passa por novas aprendizagens. Esta perspectiva de formação global da personalidade insere-se precisamente na visão que defendemos nesta tese.

Acreditamos que a expressão musical poderá ser uma área que muito facilitará uma concepção de formação global e integral do ser humano. Assim, para que o sistema instrutivo se concretize de uma forma mais persuasiva, admitimos que o empenho de todos os intervenientes no processo educativo e pedagógico do jardim-de-infância é fundamental, daí defendermos tão acerrimamente a inclusão do professor de expressão musical nos projectos para que a implementação dos currículos se processe de uma forma ágil e proficiente. Neste aspecto, colocamos ao lado de Costa e Ferreira (2005) quando referem a vantagem em impulsionar o posicionamento activo dos educadores na estruturação e execução do currículo no sentido de aperfeiçoar o desempenho profissional. Também corroboramos que, no sentido de fazer com que os profissionais envolvidos se sintam actores no processo educativo, todo o seu comprometimento no desenvolvimento curricular deverá assentar na consciencialização de um conjunto de alterações pedagógicas atingidas e gerado num processo de reflexão-acção-reflexão.

Conclui-se assim que a educação pré-escolar é a primeira etapa do sistema educativo português antecedendo a escolaridade obrigatória. A sua frequência abrange crianças dos 3 anos até à idade de ingresso no ensino básico e tem, segundo o Ministério da Educação (1995: 4), reflexos positivos na vida futura do cidadão permitindo:

- Desenvolver a segurança e o equilíbrio afectivo;

- Conhecer o seu corpo;
- Desenvolver capacidades motoras;
- Adquirir progressivamente autonomia;
- Relacionar-se com os outros e respeitá-los;
- Comunicar e expressar-se através de diferentes linguagens;
- Desenvolver a imaginação e a criatividade;
- Aprender fazendo e experimentando;
- Observar e compreender o meio onde vive.

Todos estes reflexos mencionados implicam que os profissionais que trabalham com crianças estejam preparados para tão importante etapa da vida do ser humano. Carvalho (2007) diz-nos que a educação de infância tem uma identidade singular e específica, logo, o jardim-de-infância adopta objectivos e finalidades próprias. Os profissionais que trabalham nestes contextos deverão ter uma “formação adequada nesta etapa do desenvolvimento da criança, uma vez que a especificidade da educação de infância, configura uma profissionalidade diferente para as(os) educadoras(es), em relação aos professores dos níveis de escolaridade seguintes” (Carvalho, 2007: 39).

Por tudo isto, podemos afirmar, apoiados em Carvalho (2007), que o que distingue a educação pré-escolar de outros níveis de ensino são:

- os seus objectivos;
- o seu enquadramento legislativo;
- a autonomia pedagógica;
- o carácter não-escolarizante da formação;
- o facto de seguir orientações curriculares em vez de um currículo escolar prescrito;
- o evidente envolvimento dos pais no processo educativo.

Relativamente a este último ponto, veremos mais adiante se efectivamente o envolvimento dos pais é tão óbvio como nos sugere Carvalho. Ainda assim, o jardim-de-infância pode ser entendido como um espaço de transição entre o subsistema familiar e o escolar, sendo um local privilegiado para se proceder à realização da educação pré-escolar (Ministério da Educação, 1995). Assim, este espaço educativo organiza-se em torno da criança adequando-se às actividades que nele se desenvolvem. É este, com as suas condições ímpares, que permite à criança relacionar-se com o mundo à sua volta numa perspectiva de descoberta.

O jardim-de-infância é, habitualmente, colorido, alegre e acolhedor com diferentes zonas de actividades e equipado também com diferentes materiais didácticos e lúdicos. Este espaço deverá ser palco de uma participação activa das crianças na sua própria organização e construção. “O ambiente que nele se vive é fruto da relação entre as crianças, o educador, o pessoal de apoio e o meio envolvente” (Ministério da Educação, 1995: 8).

No jardim-de-infância realizam-se diversas actividades que permitem à criança adquirir e consolidar conhecimentos. Através do jogo, actividade prazerosa e normal na criança, são desenvolvidas inúmeras capacidades como a expressão de sentimentos, a aquisição de uma identidade e o desenvolvimento da imaginação criando e recriando o mundo à sua volta.

Em suma, o jardim-de-infância poderá marcar todo o percurso pessoal, académico e profissional de um ser humano na medida em que, sendo o primeiro contacto social depois da família, é também o primeiro contacto institucional de que a criança usufrui. Assim, para que possamos adequar toda a nossa actuação à realidade do jardim-de-infância, devemos também entender os aspectos que estão na origem desta designação. Na verdadeira acessão da palavra, o jardim, local predestinado ao desenvolvimento de plantas orienta-nos para uma realidade de crescimento que vem do interior embora coadjuvado pelo meio (exterior) enquanto a escola, lugar que assegura o ensino, de uma forma geral em grupo, remete-nos para algo que vem do exterior (Vayer, et al., 2003). Daqui surge a designação jardim-escola, sendo que actualmente as designações mais ouvidas são jardim-de-infância ou ensino pré-escolar:

Em termos de auto-organização ou de autoconstrução que exprimem a realidade do desenvolvimento da criança e em especial da criança muito pequena, é óbvio que preferimos o termo jardim em detrimento do de escola no que diz respeito à designação da estrutura social cujo papel não consiste apenas em guardar e tranquilizar a criança, mas também em facilitar-lhe a expressão das suas possibilidades. Com efeito, à semelhança da semente que possui em si mesma os meios e a orientação da planta na qual se transformará, também a criança possui em si mesma os meios e as orientações do seu próprio desenvolvimento (Vayer, et al., 2003: 11-12).

Embora o ambiente de aprendizagem seja ainda bastante informal, não deixa, no entanto, de ser uma atmosfera de transmissão e descoberta de saberes. Logo, toda a prática pedagógica deverá levar em linha de conta aspectos relacionados com o desenvolvimento da criança para que contextualize a sua acção com o público-alvo a que se destina. Partiremos então daqui para a caracterização do professor de expressão musical no jardim-de-infância.

2. O professor de expressão musical no jardim-de-infância.

Na linha do que vimos aclarando, não podemos colocar-nos ao lado das correntes de pensamento que defendem que a expressão musical pode ser trabalhada somente pelo educador de infância. Se “a área da expressão e comunicação na educação pré-escolar e na conseqüente educação da criança tem uma importância fulcral do ponto de vista da sua real inserção na sociedade como um ser autónomo, livre e solidário” (Silva, 2008: 32), e se verificamos que os educadores não têm uma formação sólida a este nível, pois vêm uma clara e propositada diferenciação “entre a organização curricular dos cursos superiores em educação de infância e os cursos de professores do ensino básico, 1º ciclo, no que diz respeito à distribuição da carga horária”, sendo “o número de horas de formação nas disciplinas de expressões (...) superior nos cursos de 1º ciclo” (Silva, 2008: 31), consideramos a coadjuvação do professor de expressão musical imperiosa para que o processo vivencial desta área ocorra de forma contextualizada e se efective no seio do ensino pré-escolar. Tal só se poderá realizar se se formarem professores de expressão musical pois o recurso a “biscateiros” como se evidencia na nossa tese doutoral não será certamente uma forma séria de olhar para esta área da formação do ser humano.

Em Portugal existe grande procura de formação na área da expressão musical mas esta ainda não é contemplada ao nível do ensino superior. Tem havido, da nossa parte, concomitantemente com a direcção da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Vila Nova de Gaia, preocupações neste sentido. Referimo-nos a acções de formação como é exemplo *Expressão e Educação Musical: Novos Contextos, Novas Perspectivas* promovida pelo Centro de Competências Piaget. Nestas acções, sentimos e vislumbramos uma enorme vontade e procura de saber por parte dos formandos no que concerne à expressão musical para crianças em idade pré-escolar e até idosos. Assim, podemos dizer que o profissional de expressão musical em Portugal é, normalmente, alguém com formação na área da música que é convidado para exercer esta função num jardim-de-infância, num ATL, ou num lar ou centro de dia para idosos.

Tal como defendemos em Bragança (Amaral, 2009), podemos aqui sustentar que no actual quadro educacional do nosso país a expressão e educação musical surge em vários contextos. Estes novos contextos e as novas perspectivas remetem-nos para uma reflexão acerca da formação de profissionais que se enquadrem nas novas realidades emergentes.

A perspectiva de formação ao longo da vida, (life-long learning), está muito presente naquilo que temos vindo a defender e o facto de não existirem cursos verdadeiramente vocacionados para o trabalho musical com crianças em idade pré-

escolar reforça a necessidade de mantermos sempre no horizonte, enquanto docentes, esta visão. A formação ao longo da vida torna-se um conceito emergente e não só inerente aos professores. Assim, esta:

(...) é uma realidade actual que afecta todas as profissões e cidadãos, enquanto forma de confronto com os desafios do mundo actual – sociedade da globalização e do conhecimento, em que a necessária combinação do desenvolvimento intelectual (educação para a compreensão e reflexão) e do desenvolvimento social (aprendizagem da solidariedade e a colaboração) torna-se mais do que evidente numa disposição positiva para confrontar a mudança constante e a complexidade social, ou seja a capacidade de aprender a aprender (Alonso, [www.debatereducacao.pt/relatorio/files/ CplV16.pdf](http://www.debatereducacao.pt/relatorio/files/CplV16.pdf)).

O mundo da educação está em constante mudança, não podendo o educador viver do adquirido na sua formação inicial. Há pois uma necessidade de reflectir sobre as suas práticas e essas reflexões deverão apoiar-se nas constantes inovações trazidas pela construção do conhecimento científico. Assim, as suas pesquisas deverão abarcar, não só, assuntos alusivos à sua área específica, mas também, conteúdos ligados a áreas do conhecimento que, não tendo uma relação directa com o seu campo de acção, tornam-se particularmente importantes para compreender o meio em que labora, as crianças a quem se destinam os seus ensinamentos, o funcionamento das instituições, entre outros. Este pensamento também nos guia no nosso dia-a-dia e nos trouxe até esta investigação em que agora nos vemos envolvidos.

Efectivamente, apresentamos agora o desejo de implementação de uma nova fase que prevê a inclusão dos professores de expressão e educação musical nos projectos educativos e pedagógicos das instituições do ensino pré-escolar (Amaral, 2009).

3. Considerações finais.

Teresa Vasconcelos e Mónica Oliveira dizem-nos que “a tradição pedagógica portuguesa, salvo raras excepções, tem relegado para um plano secundário ou de enriquecimento/complemento curricular o domínio da educação artística...” ([http:// www.eselx.ipl.pt/cied/educare1.htm](http://www.eselx.ipl.pt/cied/educare1.htm)). Dizem-nos ainda que, embora se assista nos dias que correm a uma mudança de atitude, sendo clara a percepção dos profissionais relativamente à importância da educação artística no desenvolvimento global das crianças especificamente no desenvolvimento das capacidades lúdicas, expressivas, físicas, criativas e cognitivas, não existe por parte destes uma preparação adequada para a sua implementação. No seguimento destas ideias, completam referindo que, “dar a conhecer o nosso património artístico à criança é enriquecer a sua personalidade, despertando-lhe a expressividade, a sensibilidade

estética, preparando-a para uma melhor compreensão do mundo” (<http://www.eselx.ipl.pt/cied/educare1.htm>).

Terão estes pressupostos, acima mencionados, influência na construção do perfil do professor de expressão musical no jardim-de-infância? O plano secundário para o qual é remetida a actividade não retirará a dignidade a uma profissão que ainda não se encontra regulamentada?

Tendo como ponto de partida a posição de Pedro Filipe Cunha, podemos referir que, em Portugal, a expressão musical é, numa grande maioria dos casos, leccionada nos jardins-de-infância por aquele emissário musical ou músico ambulante que anda de instituição em instituição galhofando e divertindo-se com música junto das crianças (Cunha, 2005). Ainda segundo o mesmo autor, a realidade presente diz-nos que, cada vez mais, o jardim-de-infância opta pelo convite a um professor de música, o que espelha a importância atribuída a esta área artística no que concerne ao desenvolvimento das crianças.

Sabe-se no entanto que existem alguns factores que emperram todo este processo ou que pelo menos o tornam menos eficaz e de menor qualidade. Factores como a falta da formação dos professores de expressão musical que em toda a sua formação superior não são chamados a realizar estágio no jardim-de-infância ficando só pelos 3 ciclos do ensino básico, e a pouca aptidão musical de algumas educadoras levam-nos a concluir que ainda há um longo caminho a percorrer. Não basta ser um bom instrumentista para se trabalhar nesta área. O professor especializado deverá ter formação pedagógica e psicopedagógica. Correndo o risco de nos tornarmos demasiado românticos, atrevemo-nos a referir que o professor que pretenda trabalhar nesta área, terá que o fazer porque o quer muito fazer. Não pode ser esta, uma actividade de recurso para ganhar a vida quando não se tem emprego como instrumentista, professor de instrumento ou professor de Educação Musical no 2º ciclo do Ensino Básico. Nesta área, o objecto tem forçosamente que ser a criança “... sendo por isso importante a formação psicopedagógica dos professores e não [só] os seus conhecimentos musicais” (Sousa, 2003:18).

Mais do que basear a acção pedagógica nos pilares sugeridos pelo Ministério da Educação (escutar, cantar, dançar e tocar), deve, o profissional que exerce esta função ter consciência de que o seu papel pode ser importante para potenciar um conjunto de competências. A estas competências, a par da vontade e do direito que a criança tem de as alcançar, deve estar sempre subjacente a boa formação do professor. Apoiando-nos em Vásquez e Niño (2000: 38-39) apontamos os objectivos do profissional de expressão musical relacionados com a experiência musical a ter em conta para crianças dos 3 aos 6 anos:

- Potenciar la discriminación auditiva;
- Estimular y potenciar las habilidades motrices básicas: caminhar, correr, saltar...;
- Favorecer la ubicación del cuerpo com relación al tiempo y al espacio;
- Potenciar la voz. Favorecer la expresión hablada-cantada como médio de expresión por el canto;
- Aumentar la capacidad de comunicación musical;
- Afirmary la personalidad;
- Estimular los procesos creativos;
- Fomentar el sentido de colaboración y respeto a sí mismo y a los demás;
- Fomentar el gusto por la música;
- Potenciar las habilidades motrices básicas para el manejo de los instrumentos (naturales y de percusión).

Não só estes objetivos demonstram a premência de considerarmos os professores de expressão musical indispensáveis numa equipa pedagógica de jardim-de-infância. Consideramos que, para a criança gostar de música, deverá ter ao seu lado nesta descoberta alguém que estime e honre esta arte, permitindo uma experimentação e um reconhecimento bem fundamentado. Uma criança, quando chamada a criar um ritmo, um som ou um movimento, fá-lo-á segundo os exemplos de alguém que se considere minimamente preparado. O aprofundamento das capacidades relacionadas com a percepção auditiva serão conseqüentemente mais ricos, quanto mais copiosa for a forma de promover a experiência.

Pensamos que, se reunidas as condições até aqui demonstradas, poderemos almejar outros não menos importantes objetivos participando no desenvolvimento das nossas crianças. Assim, poderemos:

- Dar outro valor a todo o ambiente sonoro que rodeia a criança no seu dia-a-dia;
- Ampliar o vocabulário das crianças (canções, rimas, lengalengas...);
- Participar nos progressos relativos à dicção, articulação e emissão da voz;
- Participar numa dinâmica que propicie a livre expressão de afectos através do som e do movimento;
- Promover exercícios de estruturação relativos ao tempo e ao espaço;
- Mostrar à criança como funciona o seu corpo no que concerne à produção e à percepção sonora;

- Ajudar a criança a perceber o seu corpo em movimento;
- Melhorar a coordenação e controle de movimentos;
- Melhorar a percepção do todo e da parte;
- Proporcionar a afirmação dos seus egos;
- Proporcionar momentos em que a criança desfrute dos êxitos obtidos;
- Propiciar momentos de integração no grupo e de respeito pelo mesmo;
- Propiciar momentos de trabalho cooperativo;
- Permitir à criança que descubra os seus próprios limites, e os limites dos colegas;
- Promover momentos de afectividade.

Esta lista baseada nos objectivos específicos de Vásquez e Niño (2000), pretende reforçar o conjunto de ideias até ao momento defendidas e que, em nossa opinião, poderão, caso levadas a uma prática mais generalizada, promover uma mudança de atitudes no que concerne à expressão musical no jardim-de-infância em Portugal.

A mudança aqui ansiada e perspectivada exigirá da nossa parte um conhecimento mais aprofundado relativamente aos projectos educativos e pedagógicos dos jardins-de-infância. Estes podem ser encarados em duas vertentes. Numa primeira, projecto do educador apontando para a aprendizagem das crianças. Uma outra perspectiva que, embora também contemple a aprendizagem das crianças, se concentra mais na organização do estabelecimento de ensino, é a do projecto de escola. Os dois projectos podem e, na nossa opinião, devem contemplar a inclusão do professor de expressão musical.

Assumimos esta preocupação desde o início da nossa investigação doutoral por considerarmos que, nesta vertente, ainda há um longo caminho a percorrer. Pensamos e constatamos durante o nosso percurso que, apesar de haver por parte dos professores a preocupação de estarem contextualizados ao nível das canções que abordam ao longo de um ano lectivo, toda essa intenção cessa por razões que se prendem precisamente com o facto de não estarem incluídos no projecto da instituição onde leccionam. Sabemos que os professores, nas canções que trabalham, tentam estar de acordo com a estação do ano em que se encontram bem como das festividades e características de cada uma dessas estações. Mas, apesar de todo esse empreendimento, podem por vezes sentir-se excluídos e descontextualizados com as temáticas dos projectos das instituições. Tudo isto é passível de acontecer por uma simples razão e que se resume assim: «Na sala do jardim-de-infância não se trabalham só as rotinas, as épocas dos anos e as suas festividades». O projecto da instituição e os respectivos projectos de sala são muito mais abrangentes e plenos de conteúdos.

Centrando a nossa acção somente na valência de jardim-de-infância pensamos que, tal como em qualquer outra instituição de ensino, a autonomia tantas vezes narrada nos documentos do M.E. pode constituir uma mais-valia para a gestão dos recursos humanos pois possibilita a adaptação dos projectos e dos modelos de gestão às diferentes realidades, características de cada região, e da própria instituição. Esta autonomia permite que a contratação dos seus professores e educadores das áreas extracurriculares seja feita da forma que mais se ajuste às necessidades da instituição e até dos próprios profissionais. Assim, a instituição não fica sujeita a normas do estado para proceder a essa contratação. É claro que tal factor também poderá gerar precariedade no caso de, as instituições se aproveitarem dessa autonomia para contratar os seus profissionais a preços muito baixos (visto não existir uma tabela) ou até para o contratarem para outras funções para além das específicas da sua área e, aproveitando o facto de serem professores de disciplinas extracurriculares, não os colocarem nos quadros da instituição.

Na nossa proposta, centramo-nos na inclusão e responsabilização do professor de expressão e educação musical. Tal factor implica um comprometimento organizacional. Segundo Lopes e Barrosa (2008: 154) o comprometimento organizacional é o grau no qual uma pessoa se revê e se sente parte de uma organização. Este comprometimento organizacional deverá ser encarado como um processo contínuo, através do qual o profissional possa expressar as suas preocupações com a organização, com o sucesso desta e com o seu bem-estar contínuo. “O comprometimento envolve (...) a dimensão da aposta na carreira pessoal e a implicação na organização, com as respectivas estratégias de acção. A contradição entre as duas dimensões é frequentemente gerida de forma contraditória no seio das instituições educativas” (Lopes e Barrosa, 2008: 154).

Nesta ordem de ideias, consideramos que a inclusão da expressão e educação musical em particular, e do Ensino Artístico em geral, bem como dos seus profissionais serão uma mais-valia no percurso rumo a uma comunidade educativa viva.

Na construção desta comunidade, não deve ser esquecida a implementação de projectos artísticos devidamente contextualizados pois estes, pelas suas características já mencionadas, têm o poder de lhes atribuir a criatividade e emoção tão necessárias para o desenvolvimento das crianças.

Para que esta construção se efective, urge, cremos, lançar um novo olhar sobre a forma como os profissionais da educação nela envolvidos interagem, ou seja, o contexto em que o seu trabalho se desenvolve. Quando se trabalha em equipa, a comunidade torna-se cada vez mais uma realidade reflexiva, viva e dinâmica, que se empenha em desenvolver estratégias e actividade de forma consciente, resultante

de discussões pensadas e cientificamente informadas. De facto, para que as estratégias possam ser mais adequadas a cada indivíduo a que se destinam, a cada contexto, e a cada momento em que se implementem, os professores têm de pensar seriamente nos objectivos a serem atingidos e nas competências que se propõem desenvolver. Diante disso, a reflexão torna-se imprescindível; a planificação deve ser encarada como prática social, sobre a qual um grupo de professores apoia e sustenta o seu crescimento e, logicamente, pela interacção que se gera, também o próprio crescimento individual (Amaral, 2009).

Bibliografia

Alonso (s/d). Formação ao Longo da Vida e Aprender a Aprender. [em linha] disponível em: www.debatereducacao.pt/relatorio/files/CplV16.pdf [consultado em: 21/09/2011].

Amaral, S. B. M. (2004). Expressão musical: Significados e Significantes. Perspectiva Vivencial no Jardim de Infância. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.

Amaral, S. B. M. (2009). Expressão e Educação Musical: Novos Contextos, Novas Perspectivas. Investigar, Avaliar, Descentralizar. Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Bragança: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Instituto Politécnico de Bragança. (CdRom): 10_Cmcs_AT6_Pluralidade do Conhecimento e Educação, Mesa nº48 – Comunicação nº314.

Brás, M. L. (1994). Actividades na educação pré-escolar e activação do desenvolvimento psicológico. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Carvalho, M. M. M. M. (2007). A Avaliação no Jardim de Infância. Contributo para o estudo da especificidade educativa do Jardim de Infância. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.

Corrêa, E. M. S. (2005). Expressões integradas no jardim-de-infância. Projecto de inovação e aprendizagem. CIANEI. Actas do 1º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação. Porto: Gailivro, 503-513.

Costa, M. J. M. e Ferreira A. G. (2005). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar: Instrumentalidade e Qualidade. CIANEI. Actas do 1º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação. Porto: Gailivro, 591-597.

Cunha, M. J. S. (2009). Expressões Artísticas E Educação, Que Relação? Investigar, Avaliar, Descentralizar. Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Bragança: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Instituto Politécnico de Bragança. (CdRom): 10_Cmcs_AT6_Pluralidade do Conhecimento e Educação, Mesa nº48 – Comunicação nº250.

Cunha, P. F. (2005). Música Bem Temperada no Jardim de Infância. CIANEI. Actas do 1º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação. Porto: Gailivro, 387-390.

Delors, J. (Coord.). (2005). Educação. Um Tesouro a Descobrir. Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre a Educação Para o Século XXI (9ª Edição). Porto: ASA Editores.

Góes, R. S. (2009). A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico. In Revista do Centro de Educação a Distância CEAD/UEDESC. Vol. 2. Nº1. 27-43.

Lopes A.; Barrosa L. (2008). A Comunidade Educativa e a Gestão Escolar: Um Contributo da Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Mangualde: Edições Pedagogo.

Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica, Núcleo de Educação Pré-Escolar. (1995). Dos 3 aos 5 anos – No Jardim-de-infância. Lisboa: ME.

Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica, Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar. (1997). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Lisboa: ME.

Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica, Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar. (1998). Qualidade e Projecto na Educação Pré-Escolar. Lisboa: ME.

Planos de Estudo, Curso de Professores do Ensino Básico – Variante de Educação Musical [em linha] disponível em <http://www.es.eip.pt/cursos/planoestudos/plano_bol_em.html> [consultado em 26/04/2009].

Planos de Estudo, Educação Musical [em linha] disponível em <http://www.es.eip.pt/cursos/planoestudos/plano_turmas_1.php?cod_turma=EM&total_ano_s_curso=4&tipo=fi&plano_activo=2> [consultado em 26/04/2009].

Silva, L. L. (2008). A Educação Musical em Portugal. Revista Electrónica de LEEME. Lista Electrónica Europea de Música en la Educación nº21, 29 – 72.

Sousa, A. B. (2003). Educação Pela Arte e Artes na Educação: Música e Artes Plásticas. Lisboa: Instituto Piaget.

Variante Educação Musical [em linha] disponível em <http://portal2.ipb.pt/portal/page?_pageid=233,603468&_dad=portal&_schema=PORTAL&pag=ESE_ED_MUSICAL> [consultado em 26/04/2009].

Vasconcelos, T e Oliveira, M. A formação para a educação artística e físico-motora na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico. [em linha] disponível em: <<http://www.eselx.ipl.pt/cied/educare1.htm>> [consultado em: 23/13/2011].

Vasquez, J. B. e Niño M. L. C. (2000). Didáctica de La Música. La Expresión Musical en la Educación Infantil. Málaga : Ediciones Ajibe.

Vayer, P., et al. (2003). O Jardim-Escola. Lisboa: Instituto Piaget.